



Ata da 339ª, tricentésima trigésima nona, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte oito de março de dois mil e vinte e três. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ em modo híbrido, sendo on-line e na sala de reuniões da sede do IPMJ, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria (on-line), Carlos Augusto Zani (on-line), Carlos Alberto Abreu dos Santos, Dayane Lisboa Azevedo (on-line), Danielle de Paula (on-line), José Edson Silva Souza (on-line), José Ricardo Vinhas (on-line), Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo (on-line), Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Renata Ramos Vieira, Reynaldo Bueno Prianti Neto e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Alexandre Vinicius de Souza, Ana Paula Nola Denski Bif, que justificaram a ausência. Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva, o advogado do IPMJ Dr. Francisco Caluza e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina, por vídeo conferência e a Diretora de Benefícios Sandra Pereira Rossi. A reunião teve início às 9h08, sendo conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a pauta do dia conforme a convocação, após, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata 338ª Reunião Ordinária. A presidente comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Balanco Patrimonial 2022 A assessora da presidência Fabíola apresentou o Balanço de 2022, encerramento do exercício, explicando inicialmente que o mesmo foi elaborado pautado nos parâmetros das legislações: Lei 4.320/64 (aspectos contábeis para o setor público), Lei 9.717/98 (aspectos contábeis específicos para RPPS), Portaria do Ministério da Previdência Social nº 509/2013 (Plano de contas) e o IPC 14 (instruções de procedimentos contábeis). Apresentou as Receitas Orçamentárias, esclarecendo que o Balanço Orçamentário (Anexo 12) é confronto entre todas as despesas e receitas previstas no orçamento com as realizadas, sendo possível a consulta nas notas explicativas para um maior entendimento. Explicou que mês a mês o resultado orçamentário foi apresentado no exercício de 2022 no balancete mensal. Explicou que o balanço pode apresentar-se superavitário (receita maior que as despesas) ou deficitário (despesas maior que a receita), esclarecendo que no caso do instituto o ano fechou o balanço superavitário. Ao apresentar o quadro inicialmente exibiu os registros quanto as Receitas Correntes previstas no valor de R\$ 145.597.000,00 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais) e o valor de R\$ 170.932.848,95 (cento e setenta milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos) em receitas realizadas, resultando em um saldo de R\$ 25.335.848,95 (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos), ocorrendo uma arrecadação superior ao previsto em aproximadamente 17,40%, conferidas pelos reconhecimentos de investimentos resgatados no período. Quanto as Despesas Orçamentárias a previsão inicial era de R\$ 145.597.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais), sendo empenhado o valor de R\$ 130.540.08,24 (cento e trinta milhões, quinhentos e quarenta mil, oito reais e vinte e quatro centavos), com um superávit de R\$ 40.392,71 (quarenta mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos).





Foi apresentado, também, o registro dos Restos a pagar não processados, pois não haviam as notas ao final do ano, mas os compromissos de despesas, somando o valor de R\$ 1.838,50 (um mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) e os Restos a pagar processados, ou seja, despesas com vencimento em janeiro, no valor de R\$ 172.354,06 (cento e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos. Assim o ano foi encerrado positivamente. A assessora Fabíola apresentou o Balanço Financeiro (anexo 13) que registrou as movimentações financeiras de 2022, com o registro dos ingressos e dispêndios, resultando no valor de R\$ 627.952.344,16 (seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos) como disponibilidade do exercício de 2021, e o valor de R\$ 628.591.049,19 (seiscentos e vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e um mil, quarenta e nove reais e dezenove centavos) para o ano de 2022. Assim, no comparativo entre os exercícios de 2021 e 2022 o resultado financeiro, apresentou um acréscimo de R\$ 638.705,03 (seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e cinco reais e três centavos), registrando a assessora Fabíola que mesmo diante da necessidade de resgate de investimentos para suprir despesas durante o ano de 2022, ainda foi possível registrar um acréscimo financeiro no exercício de 2022. No anexo 14 foi registrado o Balanço Patrimonial, compreendendo os grupos Ativo e Passivo Circulantes e Não Circulantes e mais o Patrimônio Líquido, em um quadro com o comparativo dos exercícios de 2021 e 2022, sendo explicado que conforme demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas o resultado do exercício foi negativo -R\$ 16.101.523,38, menor que o resultado de 2021, com grande influência das provisões matemáticas, porém no anexo 15 verifica-se que o resultado acumulado foi negativo em R\$ 359.948.398,24 (trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), observando que desde a alteração no cálculo da meta atuarial é possível sentir mais o aumento do passivo nos últimos 3 exercícios. Apresentou as variações patrimoniais explicando sobre alguns registros como variações patrimoniais aumentativas-VPA e variações patrimoniais diminutivas – VPD, e por fim o resultado patrimonial que restou negativo como já mencionado. Por fim apresentou a conclusão do Balanço de 2022, que patrimonial, conforme análises das demonstrações contábeis, obteve, em 2022, êxito orçamentário e financeiro, porém apresentando resultado negativo, exclusivamente pelo registro das provisões matemáticas apuradas no estudo do cálculo atuarial, demonstrando a necessidade de prover ajustes no plano de custeio, para alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial. O conselheiro Reynaldo questionou quanto as variações patrimoniais aumentativas se havia previsão para a diminuição na arrecadação das contribuições sociais, conforme registrado no anexo 15, sendo respondido pela presidente Rossana que a variação foi baixa, destacando que com o reajuste salarial a previsão seria de aumento no valor das contribuições, entretanto, o que se vê é a redução no número de servidores contribuindo. O conselheiro destacou o resultado positivo nos investimentos, sendo esclarecido pela presidente Rossana que não foi mais positivo, devido à crise econômica mundial, destacando que é necessária visão a longo prazo para melhor rentabilidade, sem se preocupar com as pequenas perdas, destacando que estão utilizando-se de estratégias para rentabilidades a curto prazo também. A presidente





respondeu o questionamento da conselheira Renata quanto ao balanço patrimonial, esclarecendo que o déficit é calculado considerando o valor de provisão técnica (valor necessário para o pagamento dos benefícios atuais e futuros) e o valor que dispomos atualmente, a diferença destes valores é considerada no cálculo do déficit, sendo importante destacar que a reforma previdenciária somente terá impacto no equacionamento futuro, e que somente é possível equacionar o déficit com o aumento de arrecadação das contribuições, como previsto na reforma (contribuição dos aposentados e aumento na alíquotas suplementares dos entes). Esclareceu ainda que também é necessário o aumento de servidores contribuintes jovens, destacando que a contribuição em média é de 10 servidores contribuintes para o pagamento de uma aposentadoria, porém afirmou que com o tempo é necessária a análise frequente para novas ações. A presidente informou ao final que em 2023 haverá uma audiência pública para apresentar os dados do IPMJ. Aberta a votação, o balanço de 2022 foi aprovado por unanimidade. 3- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete). O balancete do mês de Fevereiro/2023 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Janeiro/2023, e o IPMJ referente a competência de Fevereiro/2023, que totalizou o valor de R\$ 2.390.155,68 (dois milhões, trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), com um acumulado de R\$ 6.317.969,94 (seis milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 17.948,98 (dezessete mil, novecentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos), acumulando o valor de R\$ 24.295,45 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos (fichas 9 e 10), esclarecendo que ambos os parcelamentos foram em 60 vezes estando um na parcela 41/60 e o outro na parcela 58/60. Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de fevereiro/2023 registrou-se movimentação dos fundos de renda fixa e recebimento de juros das vértices pares de títulos públicos que compõem a carteira no valor de R\$ 4.802.634,27 (quatro milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e sete centavos), gerando um acumulado de R\$ 5.073.055,74 (cinco milhões, setenta e três mil, cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos). Em decorrência da Restituição de Benefícios Previdenciários, foi registrado o valor de R\$ 4.563,40 (quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o valor bruto contabilizado foi de R\$ 505.736,20 (quinhentos e cinco milhões, setecentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referência de dezembro/2022, destacando que desde o início da compensação com o sistema da Dataprev, tem ocorrido alguns ajustes devido a glosas de baixas de beneficiários. Destacou ainda o registro de outras receitas correntes do IPMJ, esclarecendo que foi criada um item para atender a necessidade do tribunal quanto ao





registro da taxa administrativa, esclarecendo que o valor negativo registrado refere-se a importação para o mês anterior, no valor de R\$ 509,14 (quinhentos e nove reais e quatorze centavos) referente parte de devolução de vale transporte e parte de indenização por um acidente com um veículo no instituto, descrita como outras receitas. Na descrição de Receitas Intra OFSS, anunciou as contribuições patronais repassadas, assim como as contribuições dos servidores, pela Prefeitura e Fundação Cultural referente a folha de Competência de Janeiro/2023 e IPMJ referente a competência de Fevereiro/2023, a assessora observou que o repasse refere-se à contribuição patronal de 16,70%, registrando o valor total de R\$ 2.618.415,37 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e sete centavos), com um acumulado no valor de R\$ 6.741.816,08 (seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e dezesseis reais e oito centavos). Registrou o recebimento de três contribuições oriundas de pagamentos de precatórios no valor de R\$ 18.203,20 (dezoito mil, duzentos e três reais e vinte centavos). Quanto aos acordos de parcelamento, esclareceu que o Acordo 106/2009 foi reparcelado com o número 1060/22, o Acordo 0097/2010 (que ainda consta no balancete), em 20 de março/23 foi reparcelado com o número 1064/22 e no final de fevereiro/2023 foi possível fazer o reparcelamento do Acordo 0098/2010, com o número 1062/22, esclareceu que os pagamentos dos acordos estão ocorrendo regularmente, porém o valor recebido foi menor que nos outros meses devido ao reparcelamento do Acordo 98/2023, totalizando o valor de R\$ 760.646,24 (setecentos e sessenta mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), destacando o advogado Francisco Caluza que os acordos foram processados, entretanto ainda aguardam análise da Secretaria de Previdência. Quanto as demais contribuições sociais, a assessora descreveu à alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) que no balancete do mês de Fevereiro/23 foi de 19,52%, totalizando no mês o valor de R\$ 2.914.655,53 (dois milhões, novecentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e três centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 7.555.606,09 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e seis reais e nove centavos), registrando ainda a alteração quanto a alíquota suplementar, que após auditoria e recurso, passará a ser alterada no mês de janeiro de cada ano, conforme o PAP 018/22, sendo que o valor da correção foi incluso no valor recebido em 2023, sendo que prefeitura parcelou o valor e o SAAE repassará no próximo mês. A conselheira Danielle perguntou em quantas parcelas o executivo parcelou, sendo respondido que foi em 60 parcelas. Em outras Receitas Correntes - Intra OFSS, foi registrado o valor de R\$ 20.058,36 (vinte mil, cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos) referente ao repasse da Câmara Municipal de valor de benefício pago a servidor aposentado. Totalizando o valor de R\$ 14.036.417,49 (quatorze milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos) de Receita Orçamentária no mês, acumulado o valor de R\$ 28.677.839,01 (vinte e oito milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e um centavo). Das Receitas Extra Orçamentárias esclareceu sobre sua descrição, sendo estas consignações transitórias que são repassadas. Das Despesas Orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhadas, liquidadas e pagas; apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias, descritas como





despesas com inativos e pensionistas, seguida das despesas com o COMPREV, destacando que o valor líquido recebido em conta corrente é a receita menos o valor lançado como despesa. Descreveu a despesa com Obrigações sobre Valores Mobiliários/PASEP, seguida das despesas administrativas, relatando as Despesas e Encargos com Pessoal. Quanto a despesa com a Manutenção Gabinete da Diretoria Executiva do IPMJ, com a Manutenção Predial e Veicular, totalizando o valor de despesas empenhadas no período de R\$ 12.109.133,23 (doze milhões, cento e nove mil, cento e trinta e três reais e vinte e três centavos), com um acumulado de R\$ 23.238.434,86 (vinte e três milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Esclareceu que as Despesas Extra Orçamentárias registram os pagamentos extraorçamentários. Apresentou o resumo do balancete destacando o valor de R\$ 617.541.855,84 (seiscentos e dezessete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) descrito como valor em disponibilidade em 01/01/2023, já em 28/02/23 o valor registrado na mesma descrição foi de R\$ 634.690.899,15 (seiscentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e noventa mil, oitocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), valor composto por R\$ 9.482.134,09 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e nove centavos) que estava disponível em conta corrente para o pagamento dos aposentados e pensionistas, e o valor de R\$ 625.208.765,06 (seiscentos e vinte e cinco milhões, duzentos e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e seis centavos) que compõe a parte financeira da carteira de investimento do instituto. A assessora apresentou um extrato das disponibilidades, demonstrando a movimentação que resulta no valor informado como disponível no período, destacando o recebimento das vértices pares, e da compra de mais títulos públicos, destacando que as numeradas como 602 são previdenciárias, a como 690 o controle da taxa de administração, uma exigência do Tribunal de Contas para um maior controle da taxa, passando a descrever os valores aplicados e resgatados no período. Registrando o valor de R\$ 612.855.713,75 (seiscentos e doze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e treze reais e setenta e cinco centavos) como disponibilidade financeira. Das Despesas Pagas no período destacou o tipo de despesa descrita como previdenciária que totalizou o valor de R\$ 10.447.773,42 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos). Quanto ao tipo de despesa descrito como taxa de administração destacou os valores comprometidos com a formação de servidores, serviços com terceiros/pessoa jurídica, dentre outras despesas, totalizando o valor de R\$ 429.499,82 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), totalizando o valor pago de R\$ 10.877.273,24 (dez milhões, oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos). Na apresentação do Relatório Gerencial, iniciou com o acompanhamento e controle da utilização da taxa de administração, que para 2023 foi previsto o valor de R\$ 4.419.272,76 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos), resultante da base de contribuição do exercício de 2022 do município, aplicada a alíquota de 2,40% para a definição da taxa de administração, acrescentando que a reserva financeira registrada no relatório foi de R\$ R\$ 12.358.259,78 (doze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, duzentos e





cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos). A assessora apresentou o resumo da Execução Orçamentária, receitas previdenciárias, administrativas e os valores empenhados e os valores registrados de fevereiro para março/2023. Por fim a assessora Fabíola apresentou os gráficos disponibilizados, apresentando considerações quanto ao balancete orçamentário, gestão orçamentária e utilização da taxa de reserva, encerrando a apresentação destacando que o relatório que foi aprovado pelo conselho fiscal, conforme consta na ata que foi disponibilizada para o Conselho Deliberativo. Aberta a votação, o balancete de fevereiro/2023 foi aprovado por unanimidade. O assessor Luis deu continuidade a apresentação, tecendo comentários inicialmente referente a política de investimentos, afirmando que os investimentos a curto prazo podem apresentar altas e quedas, enquanto os investimentos a longo prazo apresentam tendência de crescimento, definindo tal comentário como uma demonstração teórica, empiricamente evidenciou a apresentação da evolução da bolsa de valores americana e japonesa, seguido da apresentação da evolução de um dos investimentos do instituto, afirmou ainda ser muito cauteloso quanto aos investimentos a curto prazo, apresentando ainda outros ciclos econômicos para confirmar sua tese teórica. O assessor apresentou o relatório de investimentos mensal, expondo rapidamente partes do relatório, tecendo alguns comentários sobre alguns pontos que acreditava mais importantes, quanto ao cenário econômico, apresentando a carteira de investimentos do instituto. Relativo à rentabilidade da carteira registrou que no período foi de -0,49%, não conseguindo atingir a meta do mês que era de 1,26%. Quanto a carteira de renda fixa, afirmou que esta permaneceu positiva, havendo pagamento de cupom, registrando o título negativamente (sendo registrado como amortização) e o rendimento negativo do FIDC (fundo estressado). Quanto a renda variável, registrou que devido a situações do mercado mundial, apresentou-se negativo. Apresentou a evolução da carteira e sua rentabilidade nos meses de Janeiro e Fevereiro/2023. Apresentou a alocação de investimentos por artigos, cenários e metas de investimento, registrando as movimentações financeiras, análise de risco por ativos, a agenda do mês de fevereiro, os fundos estressados, descrevendo os detalhes quanto aos fundos estressados, Pátria e FIDC. Apresentou também o investimento no Fundo estruturado (FIP), descrevendo também o patrimônio por gestores e um resumo dos investimentos. Apresentou superficialmente as medidas de risco, destacando que estas estão mais detalhadas no relatório da LDB. A conselheira Renata perguntou se a situação dos bancos americanos impactou direta ou indiretamente a carteira do instituto, sendo respondido pelo assessor Luis que toda a situação que está ocorrendo mundialmente afeta todos os investidores indiretamente por atingir ao mercado, entretanto o instituto não possuía investimentos com os bancos americanos. Respondeu também quanto a taxa de juros, afirmando que possui perspectiva de que a taxa somente cairá se o arcabouço fiscal for sólido e não populista, pois uma economia forte representa uma política social precisa. Afirmou ainda que o país já chegou no máximo da taxa de juros, acreditando que agora haverá queda. Aberta a votação, o Relatório de Investimentos foi aprovado por unanimidade. 4- Aprovação da Resolução de Credenciamento de Investimentos: o assessor Luis fez a leitura dos pontos mais importantes da minuta da resolução, esclarecendo que os investimentos devem





ocorrer apenas em fundos credenciados, destacando as exigências definidas no documento que atendem as legislações vigentes, além das responsabilidades do Comitê de investimento, e dos procedimentos do credenciamento que deve ser atualizado a cada 2 anos. Apresentou o questionário que deve ser preenchido pelo gestor do fundo, a metodologia de análise e classificação de níveis e análise de risco, além dos anexos da resolução. O advogado Francisco Caluza respondeu a presidente Rossana que os documentos devem ser assinados pelo assessor da presidência que integra o CAIF, pois são os membros do CAIF que assinam os documentos mencionados, pois o credenciamento é responsabilidade do CAIF. Aberta a votação, resolução foi aprovada por unanimidade. **5- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões.** A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros 16 (dezesseis) expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: doze aposentadorias e quatro pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Antônio Avelino, Alexandra do Amaral, Wanderlei Aparecido Borges Rodrigues, Julia Maria Rodrigues da Silva, Roseli de Fatima Moreira Cantinho, Cristiane Aparecida Varella da Paixão, Marlene Costa de Oliveira, Daniel Veiga, Sérgio Nogueira, Almerinda Beltrão, Maria das Graças Quirino Miranda e Eloízio Alberto Tavares; Pensões: Maria Francisca de Oliveira - Beneficiário: Aristides Marcolino de Oliveira, Isabel Aparecida Leite de Azevedo Zucoli - Beneficiário: José Ricardo Coimbra Zucoli, Edgard Cardoso - Beneficiário: Expedita Aparecida Ribeiro Cardoso, Ricardo Aparecido Freires Sales - Beneficiário: Heloiza Freire de Sales. Apresentados os processos, todos foram aprovados. **6- Apresentação da portaria da Comissão Permanente de Assuntos Previdenciários - CPAP:** foi comunicado que no dia 20 de março de 2023 foi emitida a portaria nº 2524 que designa os membros da CPAP, que foi definida na reforma da previdência, sendo assim anunciado os nomes dos membros e suas respectivas representações, esclarecendo que a coordenação será exercida pela Procuradoria Geral do município, afirmando que a reunião ainda não foi marcada, pois estão encerrando os parcelamentos e o estudo atuarial. **7- Informes:** a) Projeto Legado: solicitou a divulgação, esclarecendo que podem participar os servidores com expectativa de aposentadoria em 3 anos; b) Declarou que o estudo atuarial está sendo encerrado e em breve será divulgado; c) Assinatura da Ordem de serviço: anunciou que assinou a ordem de serviço para a empresa Dias e Cardoso quanto aos projetos para a construção da nova sede do IPMJ; d) Congresso de Águas de São Pedro: participarão os membros do Conselho Deliberativo Adriana, Danielle, José Edson e Renata, do Conselho Fiscal Amauri e Rafaela, além da servidora Fabíola e da estagiária que fará o curso do COMPREV. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h34. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e oito de março de dois mil e vinte e três. \*\*\*\*\*

PRESIDENTE

Rossana Vasques





**CONSELHEIROS**

**Adriana Cristina de Souza Faria**

**Carlos Augusto Zani**

**Carlos Alberto Abreu dos Santos**

**Dayane Lisboa Azevedo**

*Dayane Lisboa*

**Danielle de Paula**

*Danielle Paula*

**José Edson Silva Souza**

**José Ricardo Vinhas**

**Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo**

**Lucieni Cristina Galvão Lázaro**

**Renata Ramos Vieira**

*Renata*

**Reynaldo Bueno Prianti Neto**

**Victor Adriano Vieira Silva**